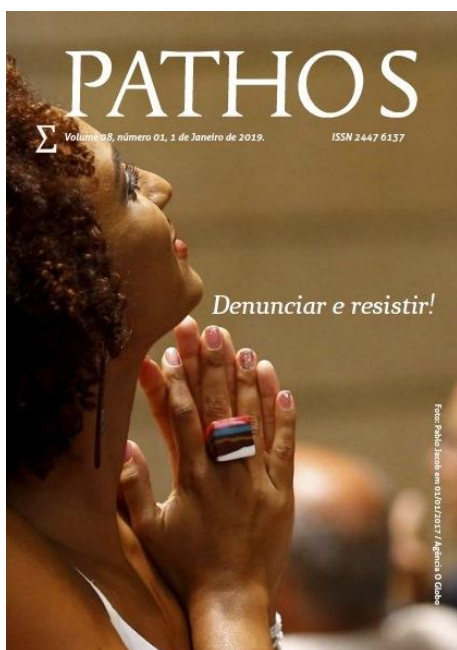


EDITORIAL



No mês de Maio comemoramos quatro anos de existência da Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia. Nesse tempo, publicamos nove volumes, totalizando 49 artigos e relatos de prática. Os temas dos trabalhos estavam relacionados à clínica psicanalítica, aos equipamentos de saúde pública, às pessoas privadas de liberdade, do atendimento clínico às vítimas de violência sexual, população em situação de rua, as questões de gênero, dos direitos da população LGBTQ+, de adolescentes em conflito com a lei, do movimento de ocupação das escolas por secundaristas, entre outros.

Após a publicação do último volume (v.8 n.1 jan. 2019), no qual nos posicionamos crítica e eticamente frente ao governo que havia acabado de assumir o poder, com promessas de campanha relacionadas a violações de direitos fundamentais, a Revista recebeu algumas críticas por se debruçar sobre temas relacionados à política e aos direitos humanos. Questionavam como uma revista de psicopatologia teria lastro para tratar de temas como esses, os quais, supostamente, não estariam ligados à área da saúde mental.

Como resposta a esses questionamentos, defendemos que a Pathos, em sua essência, se propõe a discutir práticas em saúde mental em uma perspectiva extramuros, não atreladas somente às instituições convencionais, como hospitais e consultórios. Não se trata de rechaçar esses campos de atuação, mas de nos debruçarmos, também, por sobre práticas em saúde mental que ocorrem em outras áreas do conhecimento e setores, como assistência social, justiça, trabalho, educação - atravessadas pelos direitos humanos.

Para além das idiosincrasias individuais envolvidas na emergência do sofrimento psíquico, o ambiente social, econômico e político pode se apresentar como protetivo ou de risco para o estabelecimento ou a cronificação de diferentes modalidades de sofrimento e, inclusive, em termos da produção ou agravamento de alguma psicopatologia.

O desmonte e a precarização do Estado de Direito configuram-se como ameaça à provisão de um ambiente sócio-cultural e político-econômico que, minimamente, sustente as condições para a vida. Política e direitos humanos são temas pertinentes ao escopo da Revista Pathos por não estarem dissociados da vida e da produção da subjetividade humana.

Nessa esteira, compreendemos que seria de suma importância uma edição da Revista dedicada a uma população que enfrenta inúmeras e sequenciais violações de seus direitos: os povos indígenas. Assim, nesta edição, a Pathos traz três relatos de prática de trabalhos desenvolvidos por três etnias, e que puderam falar sobre suas crenças e modos de vida.

No primeiro, Cauê Taiguara, índio Pataxó, apresenta sua experiência na área social com tribos do norte do estado do Paraná. No outro, Xisto Tsereshi'ru, índio Xavante do estado de Mato Grosso, fala de sua luta por um sistema de ensino que preserve e respeite a cultura de seu povo. O terceiro texto é apresentado por Andre Baniwa, no qual discute a experiência na construção de escolas, materiais didáticos e da geração de renda do povo indígena Baniwa e Koripako, localizados na região da tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Venezuela. A foto de capa e de contracapa é fruto do trabalho fotográfico de Rita Barreto com índios Kuikuro do Alto Xingu.

Além do caderno especial, este volume traz o relato de prática da Dr^a. Silvia Piedade, no qual discute o resultado de seu trabalho sobre as diferentes visões que crianças têm acerca do conceito de família e seus novos arranjos.

Na seção de artigos, a psicóloga Marina Silva discute a importância da existência de uma escuta clínica no trabalho psicoterapêutico desenvolvidos com adolescentes em conflito com a lei e privados de liberdade.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Corpo Editorial

